

# CIÊNCIA SOCIAL E REALISMO SOCIOLOGICO\*

## SOCIAL SCIENCE AND SOCIOLOGICAL REALISM

François Simiand\*\*

Émile Durkheim, preocupado em dar o mais rápido possível à sociologia o caráter de uma ciência positiva, impôs a si a obrigação de tratar somente de problemas restritos e bem definidos. Por sua parte, ele estudou no presente volume o fenômeno do suicídio. A primeira precaução a tomar é estabelecer uma definição objetiva: “chama-se suicídio todo caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que sabe o resultado que produzirá seu ato” (p. 5). A estatística dos suicídios reve-

la, num primeiro exame, a notável constância de seus números nos diversos países. A mortalidade está longe de apresentar seja a mesma constância, seja a mesma especificidade. Portanto, há uma taxa social de suicídio. São as condições desse fenômeno que vão ser aqui pesquisadas: elas não podem ser devidas senão a causas extra-sociais, a causas sociais.

Os fatores extra-sociais, cuja influência é aqui possível, só podem ser de tendências individuais muito gerais, ou de condições do meio físico. De início, o suicídio pareceu

\* Resenha publicada do livro *Le suicide: étude de sociologie*, Paris: Alcan, 1897, XII-462 p., na *Revue de Métaphysique et de Morale*, em 1898. Mais recentemente, em 1987, o texto foi incluído numa coletânea organizada por Marina Cedronio, com o título *Méthode Historique et Sciences Sociales* e publicado pelas *Éditions des Archives Contemporaines*. [N.T.: Prof. José Benevides Queiroz, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, MA, Brasil. E-mail: jose.benevides@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5622-0163>.

\*\*François Simiand (1873-1935). Normalien, agrégé de philosophie, foi sociólogo e economista francês, colaborador da revista *L'Année sociologique*, responsável pela seção “sociologie économique”.

frequentemente decorrer da patologia mental. Sustentou-se que o suicídio não era senão uma consequência da loucura. Esta tese revestiu-se de duas formas: a primeira, segundo a qual o suicídio seria uma monomania especial, Durkheim opõe que a ciência atual não admite mais a existência de monomanias; a segunda tratava o suicídio como um evento característico da loucura. Durkheim classifica os suicídios que podem se vincular à loucura, e os ordena em quatro tipos, mostrando, em seguida, que há de fato suicídios que não podem ser enquadrados nessas categorias. Porém, afóra a loucura propriamente dita, o suicídio não poderia explicar-se pela fraqueza nervosa, pela neurastenia? Com efeito, é provável que a neurastenia seja frequente entre os suicidas. Mas a taxa de suicídio depende dessa condição individual? Como resposta, Durkheim admite que haja correspondência entre a degenerescência nervosa e o número de alienados, mas comparando as estatísticas dos alienados e aquelas dos suicidas, nas suas variações segundo o sexo, a religião, a idade, os países, ele mostra que não existe relação aparente entre os dois fenômenos. Outra forma de degenerescência – o alcoolismo –, é igualmente eliminada, pois a comparação entre a distribuição geográfica do suicídio e aquelas dos delitos decorrentes de embriaguez, das loucuras alcoólicas e do consumo de álcool não revela relação alguma.

Ao lado dos estados psicopáticos, certos estados psicológicos normais foram invocados. Um grande papel foi atribuído à raça. Mas, como definir a raça? Este modo de delimitação continua muito vago. Sempre que tomamos as três grandes raças distinguidas por Morselli (1879), divergências consideráveis são constatadas nas taxas de suicídios. Só os alemães têm uma tendência ca-

racterística, mas ela não os acompanha fora da Alemanha, portanto, ela não pertence à sua raça. Indiretamente, se a raça influenciasse, verdadeiramente, o suicídio deveria ser hereditário. Mas esta hereditariedade não foi provada, porque a importância relativa aos casos de hereditariedade constatados é desconhecida, e porque uma outra explicação permanece sempre possível. Ela é mesmo muito duvidosa, pois como explicar, nessa hipótese, a diferença das taxas entre homens e mulheres submetidos, contudo, à mesma hereditariedade, e a diferença das taxas segundo as idades?

Recorreu-se a diversos fatores cósmicos, ao clima, à temperatura. É fácil ver que o clima não tem influência. Para a temperatura, pelo contrário, há mais aparência: é uma constatação geral que o número dos suicídios varia com as estações, atingindo o máximo no verão e o mínimo no inverno. Mas isto quer dizer que a frequência estival dos suicídios seja atribuível à influência excitante do calor excessivo sobre o organismo? Não há relação fixa entre a taxa mensal dos suicídios e a temperatura no mesmo período, uma vez que em alguns países quentes o suicídio é raro. Não é também a mudança de uma temperatura para outra que influi, pois a variação do número de suicídios é de uma notável continuidade. A causa da oscilação sazonal é outra, pois é possível ver que a variação corresponde à variação ao longo dos dias. Por outro lado, constatou-se que nos limites da jornada diária o suicídio é mais frequente de dia do que a noite, pela manhã do que a tarde, com uma parada por volta de meio-dia. Não há senão uma explicação geral possível de todos esses fatos: o suicídio aumenta concomitante à atividade social, anualmente: é nos dias longos, na jornada... é durante o dia, especialmente durante a manhã, quando a vida social é mais intensa.

Antes de passar a estudar as causas sociais, Durkheim discute a influência de um fenômeno de psicologia individual – a imitação – à qual foi por vezes atribuída um papel preponderante na sociologia. Inicialmente, convém limitar estritamente o sentido dessa palavra, e não estendê-lo abusivamente a toda vida psicológica. Para o suicídio, o contágio realmente existe. Mas a imitação propriamente dita pode explicar a taxa de suicídio? Se assim fosse, a distribuição geográfica do suicídio mostrar-se-ia como foco de propagação e irradiação e uma degradação crescente de sua influência. Esse método aplicado ao mapa da França, por *arrodissements*<sup>1</sup>, àquele do Seine-et-Marne, por *communes*<sup>2</sup>, e àquele da Europa por países, revela que, antes que pela degradação irradiante, a taxa de suicídio varia entre grandes massas homogêneas. Disso resulta a conclusão prática de que a publicidade não deve ser proibida, e a conclusão teórica de que a imitação não tem a importância que lhe é atribuída.

Portanto, os fatores extra-sociais ou não têm influência alguma, ou exercem uma influência restrita que não basta para explicar a taxa de suicídio. Assim, é necessário recorrer ao estudo das possíveis causas sociais. Para ordenar este estudo, primeiramente é necessário renunciar classificar morfologicamente os suicídios – na prática, só podemos classificá-los pelas causas. Mas estas causas não são aquelas que as publicações oficiais indicam para os suicídios constatados. É necessário também desconfiar *a priori* das informações difíceis de revelar, com certeza e ordinariamente, derivadas de puras conjecturas. É necessário desconfiar bem mais quando se constata que, de fato, a

proporção das diversas causas determinadas pelos relatórios da polícia é sensivelmente a mesma nos diferentes países, e entre as diversas classes sociais. Já a taxa social do suicídio é fortemente diferente e, verossimilmente, as suas razões na classe agrícola não são idênticas àquelas nas classes liberais. Portanto, o método é estudar como a taxa dos suicídios varia em função de diversos concomitantes sociais.

A taxa de suicídio varia com a religião: ela é muito mais elevada entre os protestantes do que entre os católicos, frequentemente um pouco menor ou, em todo caso, fracamente maior entre os judeus do que entre os católicos. Essa constatação é geral na maior parte dos países europeus, à exceção da Suécia e da Noruega, que conservam uma taxa superior em relação àquela de um país católico secundário. No entanto, a condenação moral do suicídio encontra-se presente nas três religiões. É insuficiente invocar o estado de minoria em todos os lugares onde se encontram os católicos e os judeus, sobretudo nos países onde as observações foram feitas. O que varia de uma religião a outra é a coesão, a integração da sociedade religiosa – maior no catolicismo, forte no judaísmo, sobretudo antigo, e muito relaxada pelo próprio efeito do livre arbítrio no protestantismo. A prova disto é a Inglaterra, cujo protestantismo permanece mais integrado, e que tem também uma taxa de suicídio inferior àquelas de outros países protestantes. Por outro lado, o individualismo religioso varia conforme o gosto pela instrução e o grau de conhecimento: ora, as populações protestantes são, em média, mais inclinadas à instrução que as católicas, e o suicídio varia conforme o gosto pelo co-

1. Corresponde a um *distrito* de uma cidade. [N. T.]

2. Corresponde a municípios. [N. T.]

nhecimento sempre que ele responde ao individualismo religioso. Portanto, não é a ciência que aumenta a taxa de suicídio, mas sim a desintegração da sociedade religiosa correlativa ao crescimento da ciência.

Qual é a influência da família sobre o suicídio? Acreditou-se que os casados se suicidavam mais que os solteiros, mas isso era devido ao fato de termos comparado um grande número de casados com o de solteiros, sem observar que estes últimos incluíam todas as crianças e pré-adolescentes, os quais não podem ser casados. Convém separar o fator idade daquele do estado civil. Os documentos existentes validam esse estudo apenas para o grão-ducado de Oldenbourg, de 1871 a 1885 (uma estatística sueca foi rejeitada como manifestamente defeituosa); as pesquisas particulares de Durkheim o tornaram possível para a França de 1889 a 1891. Quatro leis são daí formuladas: os casamentos muito precoces têm uma influência agravante sobre o suicídio, sobretudo no que concerne aos homens; a partir dos vinte anos, os casados, dos dois sexos, se beneficiam de um coeficiente de preservação em relação aos solteiros; o coeficiente de preservação varia com os sexos; a viuvez diminui o coeficiente de esposos e esposas, mas, com muita frequência, ela não o suprime completamente. Essas leis não podem ser explicadas somente pela influência de uma seleção que seria operada pelo casamento: semelhante seleção é muito contestada, não seria levada em conta, tampouco a variação segundo a idade, e a variação segundo o sexo. Portanto, é a influência do próprio estado civil que é necessário vincular-se. Mas é possível distinguir entre o casamento simples e o familiar: a qual desses dois fa-

tores devemos a imunidade conjugal? Inicialmente, deve-se notar que a nupcialidade permanece estacionária, enquanto o suicídio cresce. Na verdade, a imunidade dos cônjuges sem filhos é mais frágil que daqueles que os têm; as pessoas casadas sem filhos se suicidam mais que as solteiras do mesmo sexo e da mesma idade. A leve imunidade da qual gozam os cônjuges sem filhos, e a muito notável imunidade que continuam a desfrutar os viúvos não podem ser explicadas por uma seleção matrimonial. O estudo preciso dos fatos fundamenta esta lei: numa mesma sociedade, a tendência ao suicídio no estado de viuvez está para cada sexo em função da tendência ao suicídio que tem o mesmo sexo quando casado. As relações dos coeficientes correspondentes entre o *département*<sup>3</sup> do *Seine* e a *province* são numericamente muito vizinhos. Sobressai de todo esse estudo que a preservação observada se deve quase inteiramente à ação da família: com efeito, ela aumenta com sua densidade (neste sentido, o mapa de raridade dos suicídios corresponde ao mapa da densidade familiar na França). Isto significa que ela resulta da maior ou menor integração da sociedade familiar.

Constata-se que os suicídios diminuem nos períodos de crises políticas e nacionais. Não é mesmo nesses momentos que a vida social do grupo retoma uma integração mais forte? Assim, o suicídio varia em razão inversa ao grau de integração social. O suicídio que corresponde à desintegração social merece o nome de egoísta, pois a vinculação do homem à vida fragilizou-se à medida que a ligação do indivíduo com a sociedade se relaxou; é o estado social que faz do indivíduo “uma presa pronta para o suicídio”.

### 3. Território administrativo francês (N.T.)

Mas outro tipo de suicídio, totalmente oposto, existe nas sociedades inferiores: é o suicídio de mulheres sobre o túmulo do marido, dos súditos em relação à morte do chefe etc. Este suicídio, em vez de advir da desintegração social e do desenvolvimento individualista, advém diversamente de uma integração social extrema onde desaparece o indivíduo. Portanto, por oposição, este suicídio será chamado de altruísta. A forma pura deste tipo comporta o caráter obrigatório do suicídio, porém diversas formas devem ser vinculadas a ele, onde o suicídio é menos expressamente exigido. Existe alguma coisa semelhante nas sociedades civilizadas que conhecemos? Um fato, depois de muito tempo observado e, com efeito, geralmente estabelecido, é a elevada taxa dos suicídios militares em relação aos suicídios civis do mesmo país. Precisamente, não há nas forças armadas uma integração superior e um enfraquecimento da individualidade que possam ser relacionados às condições das sociedades primitivas? O agravamento no meio militar da taxa de suicídio não se deve nem ao celibato nem ao alcoolismo, tampouco será explicada pelo desagrado do serviço, uma vez que aumenta com a duração do serviço, enquanto o fato de se acostumar deveria produzir o efeito oposto. Essa taxa é mais forte nos oficiais e nos suboficiais, apesar de serem menos importunados pela disciplina e a coerção; é mais forte nos reengajados e voluntários, aos quais se pressupõe, entretanto, o gosto pelo *métier*. Se se considera, ao contrário, que este agravamento é mais forte nos povos onde a tendência ao suicídio egoísta é frágil, forte também na elite das forças armadas, e que diminui enquanto a tendência ao suicídio egoísta aumenta, não se pode atribuí-lo senão ao espírito militar, isto é, ao estado altruísta que ele im-

plica, portanto, reatando o suicídio militar ao tipo altruísta de suicídio.

A sociedade ainda é mais ou menos reguladora da ação dos indivíduos. A anomia social ocasiona uma forma de suicídio correspondente, que será chamado anômico. O excesso de regulamentação proporciona uma forma oposta, mas, como o tipo tem pouca importância nas sociedades que conhecemos – suicídio dos casais muito jovens, da mulher sem filhos –, ele é descartado. As crises econômicas, e não somente as crises degradantes, mas também as crises de prosperidade (exposições universais), provocam um aumento do suicídio. Não é a pobreza que, em si mesma, é a causa do suicídio, mas a mudança de condição. Um regime econômico normal limita, de certa forma, as necessidades de cada um pelos seus meios. A anomia econômica rompe brutalmente este equilíbrio, daí uma anomia moral e a tendência ao suicídio. Hoje, a anomia econômica encontra-se em estado crônico em nossa sociedade: podem-se constatar os suicídios que dela resultam. Há uma anomia da sociedade familiar que tem uma influência análoga sobre o suicídio: o divórcio. Um paralelismo surpreendente se observa entre o desenvolvimento da instituição do divórcio e o aumento da taxa dos suicídios. Porém, ao mesmo tempo em que aumenta a frequência dos divórcios, o coeficiente de preservação das pessoas casadas em relação às celibatárias diminui. Contudo, não é a uma simples diminuição da coesão familiar que este duplo efeito é imputável, pois a variação da imunidade é desigual para os dois sexos – se volta para favorecer a mulher. A verdadeira explicação é que, contrariamente à opinião corrente, a nova constituição matrimonial, o enfraquecimento da disciplina matrimonial que implica o divórcio favorece a mulher, que deixaria de se submeter a esta regra, ao

mesmo tempo em que prejudica o homem, que se favorece ao renunciar a uma liberdade, na qual sua inquietude sexual era uma fonte de tormentas.

Os três tipos sociais do suicídio distinguidos – egoísta, altruísta e anômico – particularizam-se nos indivíduos de diversas maneiras, segundo as circunstâncias e as disposições pessoais. Entretanto, eles se reconhecem numa certa tonalidade característica da ação. O suicídio egoísta assume uma forma apática; o suicídio altruísta, a forma passional ou voluntária; o suicídio anômico, a forma da cólera, da irritação ou do desgosto. Existem também os tipos mistos: ego-anômico, anômico-altruísta, ego-altruísta, aos quais correspondem formas sentimentais intermediárias. Semelhante classificação não necessita levar em consideração o instrumento escolhido da morte: a escolha deste varia com as sociedades e depende de causas sociais, mas não das causas que influem sobre a taxa de suicídio.

Trata-se de concluir: Durkheim desenvolve sua conclusão quando da elaboração do livro III de sua obra: “Do suicídio como fenômeno social em geral”. O tratamento do suicídio em geral, e dos resultados do estudo precedente é, na verdade, sua concepção geral da sociologia, do fenômeno social, da moral social, do caráter normal ou anormal dos fenômenos, que ele retoma e defende contra diversas críticas. A constância e a especificidade da taxa de suicídio não podem se explicar senão por uma tendência determinada e própria de cada sociedade. A teoria do homem médio é seguramente insuficiente. “É a constituição moral da sociedade que fixa a cada instante o contingente de mortes voluntárias. Existe portanto para cada povo uma força coletiva, de uma energia determinada, que leva os homens a matarem-se”(p. 336). Esta força coletiva deve ser entendida como uma reali-

dade exterior e superior ao indivíduo. Objetou-se com esta concepção, que um fato social poderia somente transmitir-se pelas tradições interindividuais. Porém, a taxa social não pode ser objeto de tal transmissão. Objetou-se ainda que o indivíduo era a única realidade da sociedade. Porém, há objetos materiais que representam os fenômenos sociais (um tipo de arquitetura, por exemplo); e para os outros fatos sociais, ainda que psicológicos, eles são necessariamente exteriores às consciências individuais, pois cada uma delas só os contém em pequena parcela. Sobre o agregado das consciências individuais, que forma o substrato dos fenômenos sociais, não é muito difícil de admitir que seja o agregado das consciências elementares que formou nosso eu individual.

Qual é então a relação do suicídio enquanto fenômeno social com os outros fenômenos sociais? Ele deve ser classificado entre os fenômenos morais ou imorais? A solução usual do problema consiste em construir um ideal abstrato, e julgá-lo do alto desse ideal proposto. Aqui, diversamente, o método empregado consistirá em pesquisar na história social como o suicídio foi avaliado moralmente e por quais razões, e em examinar se estas razões ainda subsistem em nossas sociedades atuais (p. 369). Esse estudo mostra que a reprovação ao suicídio progrediu, excetuando em tempos de decadência. Ele é cada vez mais fundamentado. “A sociedade é lesada porque o sentimento sobre o qual repousam hoje suas máximas morais mais respeitadas e que funcionam quase como o único liame entre os membros” – o respeito à pessoa humana “é ofendido...” (p. 383). Enfim, Durkheim examina a relação do suicídio com alguns outros atos imorais, notadamente com o homicídio para discutir e contestar a teoria da escola criminalista italiana.

É possível tirarmos preceitos práticos, deste estudo? Inicialmente, é necessário decidir se a presente taxa dos suicídios é normal ou anormal (questão independente daquela da moralidade). Fortes razões nos inclinam para a segunda hipótese. As medidas repressivas possíveis não poderiam ter senão uma influência restrita. A educação, refletindo somente o estado moral de uma sociedade, não pode corrigi-la. É necessário voltar às causas sociais descobertas, à desintegração social. O remédio contra o suicídio egoísta seria integrar mais fortemente o indivíduo nos grupos sociais? Mas em quais grupos? Nem a sociedade política, nem a sociedade religiosa, pois oprime o pensamento, e nem a família, que tende a se restringir ao casal, são adequados para esta tarefa. Só o agrupamento profissional, compreendido de certa maneira, é capaz de fornecer o remédio. O ato de reforçar o agrupamento profissional teria a vantagem de restabelecer, por meio de uma verdadeira descentralização profissional, os úteis intermediários entre o indivíduo e o Estado.

\*\*\*

Esta análise põe em evidência uma parte notável da polêmica que contém o livro de Durkheim. A leitura chama atenção tanto pelo caráter geral do estudo, quanto pelo seu aspecto científico e impessoal. Seja qual for a reputação de Gabriel Tarde, é exagero enfatizar que todo estudo de sociologia deva dedicar um capítulo para mostrar que a imitação não é o princípio único e universal da explicação sociológica: isso é óbvio, se o estudo é por si só suficiente. Este é o caso do trabalho apresentado por Durkheim. Observar-se-á também que em seu objeto especial de estudo, Durkheim levanta, de bom grado, questões de princípio de toda ciência sociológica, para explicar e defender, nova-

mente, por ocasião desse exemplo concreto, suas concepções gerais que foram precedentemente expostas e muito criticadas. E aqui ainda, talvez seu trabalho fosse em si mesmo, defensável. Com efeito, pode-se segui-lo em suas pesquisas positivas, admitindo mesmo suas induções e, contudo, fazer reservas sobre algumas de suas formulações gerais. Seguramente, a concepção dos fatos sociais, tal qual apresenta Durkheim, funda a sociologia como ciência; porém, esta não é conforme o princípio da economia. A sociologia pode ser fundada com muito menos desgaste. “As tendências coletivas, diz ele, possuem uma existência que lhes é própria; são forças tão reais quanto as forças cósmicas, ainda que seja de uma outra natureza” (p. 348). “Tão reais” – também pode-se dizer “tão pouco reais” –, e a ciência física não perderia nada enquanto ciência. A ciência não tem necessidade de trabalhar sobre as “realidades”. É uma questão puramente metafísica querer saber se uma realidade corresponde ou não à ciência – sem dúvida a ciência conduz a esta questão, ela leva à metafísica, e recebe frequentemente fecundas direções. Mas ela é distinta, pois basta à ciência que existam fenômenos objetivos e determinados. Pode ser cômodo de se representar as relações entre os fenômenos com a ajuda de algumas imagens. É cômodo, por exemplo, representar as ações interplanetárias sob a forma de uma atração, as ações elétricas com a metáfora da corrente, porém são somente metáforas cômodas que não querem em nada prejudicar a natureza real das relações. Por que seria mais necessário à sociologia considerar as “forças sociais”, “as correntes suicidógenas”, de outro modo que metáforas? Esta concepção geral da sociologia é, na realidade, uma metafísica da sociologia. Ela é um realismo sociológico, ela acrescenta, como ela mesmo diz, um mundo novo de reali-

dades, àqueles dos quais se ocuparam as metafísicas anteriores. Aqui não é o lugar para examinar isso. No entanto, urge reconhecer que, de todas as maneiras, tal concepção terá tido o mérito de provocar a atenção e a discussão, bem como ter dado um sensível golpe na concepção individualista e artificial da sociedade. Ela demandava muito, mas, em todo caso, obteve pouco.

Mas, o que aparece nitidamente em *O Suicídio* é que, mesmo discutida e comprometida essa concepção, uma parte da obra em nada perde o seu valor. Todo estudo positivo das taxas de suicídios, das correlações estabelecidas com alguns fatores, se sustenta como uma obra propriamente científica, isto é, até que o conhecimento de novos fatos, já comprovados, venha substituí-la. Talvez façamos algumas reservas ao método. Durkheim tomou o cuidado de definir objetivamente o suicídio, mas esta definição foi aquela que serviu de base às observações feitas mais tarde, isto é, às estatísticas? Demorará ainda muito tempo, nas ciências sociais, para que a noção cientificamente estabelecida de um fenômeno não tenha algum uso possível, porque os documentos e as observações dos quais somos obrigados a tê-los como base, não terão assim determinado o fenômeno. Em segundo lugar, uma crítica prévia do valor respectivo das estatísticas, segundo os países e períodos, seria para semelhante matéria sempre desejável: qualquer fato, que alguém tenha motivos para ocultar, dificilmente é alcançado por estatísticas. As estatísticas do suicídio são, portanto, forçosamente, inexatas. E não há segurança alguma *a priori* de que as inexatidões sejam equivalentes de um país a outro, de uma época à outra (uma diferença na organização da polícia, no estabelecimento das informações, por exemplo, pode ter sua influência). Enfim, os resultados ou as “leis”, como as chama Durkheim, estão fundadas numa base bastante estreita:

as leis do casamento notadamente repousam somente sobre três anos da estatística francesa e alguns anos da estatística de Oldenbourg; ou melhor, a informação positiva restringe-se à Europa e não remonta para além desse século. E, sem dúvida, o princípio de toda ciência indutiva é que uma só experiência, em que aparece nitidamente um vínculo de causalidade entre dois fenômenos, estabelece legitimamente uma lei. Contudo, o determinismo dos fatos sociais está sujeito a muitas reservas e, mesmo que isto seja negligenciado, a complexidade dos fenômenos sociais muito raramente permite uma determinação da causa que não impeça uma crítica rigorosa, para que a utilização desse princípio em matéria social ocorra sem contestação ou, pelo menos, sem restrições. No entanto, o que é necessário louvar sem reservas é a grande consciência científica de Durkheim que, justamente, sempre citando os fatos utilizados, as estatísticas empregadas, dá no seu próprio trabalho o meio para que todo leitor discuta e aprecie, sem cessar, todos os resultados que ele apresenta. Essa honestidade da exposição e esse cuidado com a informação positiva, precisa e completa, são muito raros ainda entre os trabalhos sociológicos para que não se faça uma grande honra para ele, que dá o exemplo autorizado. Isto, por si só, é suficiente para mostrar o quanto as críticas endereçadas a Durkheim eram frequentemente injustas e desconheciam a extensão, o valor e o mérito do trabalho propriamente científico desenvolvido por ele. É isto que permite afirmar mais uma vez que a obra de Durkheim é, ela própria, seu melhor e único argumento.

DURKHEIM, É. *Le Suicide: étude de sociologie*. Paris: Alcan, 1897.

MORSELLI, Il suicidio. Milan, 1879.

Recebido em: 02/09/2021

Aprovado em: 02/09/2021